

São Paulo – SP, 27 de março de 2026.

Ilmos. Srs.
Presidente e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIAÍ
Apiáí – SP

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V.Sas., as demonstrações contábeis desta Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, por nós revisadas, bem como o nosso Parecer referente ao exame dessas demonstrações contábeis.

Na hipótese de publicação do parecer, solicitamos a gentileza de que constem, na publicação, a designação “Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”, bem como a indicação dos destinatários conforme especificado no relatório.

Ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

L Pavanelli Contábil Ltda.

Luís Paulo Perol da Silva
Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Presidente e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIAÍ
Apiáí – SP

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Beneficente de Apiáí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente de Apiáí** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Entidade não mantém controles físicos e financeiros individualizados dos bens que compõem o ativo imobilizado sem restrição, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 4.373.410. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à existência, integridade e mensuração desses ativos. A adequada determinação desses saldos requer a realização de inventário físico, bem como a avaliação dos bens para definição de suas vidas úteis e respectivos valores recuperáveis, para fins de depreciação e mensuração contábil. Eventuais ajustes decorrentes desses procedimentos não puderam ser mensurados até a presente data, sendo, portanto, impraticável estimar seus efeitos sobre as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Passivo a descoberto e continuidade operacional

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Entidade vem apresentando déficits recorrentes nos últimos exercícios, tendo apurado patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 7.365.226. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, verifica-se excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no valor de R\$ 4.544.343, o que evidencia pressões sobre a liquidez de curto prazo. A Administração vem adotando e avaliando medidas com vistas ao reequilíbrio

econômico-financeiro e à geração de resultados superavitários nos exercícios futuros. Entretanto, até a presente data, não é possível estimar os efeitos dessas medidas sobre a situação patrimonial e financeira da Entidade.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 01 de abril de 2025, contendo opinião com ressalva.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administração. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo – SP, 27 de março de 2026.

L Pavanelli Contábil Ltda.
CRC 2SP051174

Luís Paulo Perol da Silva
CRC 1 SP 1SP336495/O-6
Auditor Independente CNAI 7468



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIÁ
43.723.907/0001-91
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Notas	2025	2024
	explicativas		
CIRCULANTE		2.274.337	3.623.174
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	6	31.103	343.652
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	6	156.884	976.798
Convênios a receber	7	245.500	893.248
Faturas a receber	8	1.235.952	823.018
Adiantamentos		74.712	56.117
Estoques	9	530.186	530.341
		5.059.336	5.281.747
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado - sem restrição	10	7.028.841	6.920.630
Depreciação acumulada - sem restrição	10	(2.655.431)	(2.467.345)
Imobilizado - com restrição	10	1.425.368	1.425.368
Depreciação acumulada - com restrição	10	(739.442)	(596.906)
TOTAL DO ATIVO		7.333.673	8.904.921

PASSIVO	Notas	2025	2024
	explicativas		
CIRCULANTE		6.818.681	8.650.020
Fornecedores a pagar		1.339.165	2.601.909
Honorários médicos a pagar		641.502	734.763
Obrigações trabalhistas	11	1.420.940	1.816.078
Obrigações tributárias e sociais	12	1.657.937	557.799
Empréstimos		-	3.617
Parcelamentos a pagar	13	819.345	1.037.061
Outras contas a pagar	14	443.689	28.747
Convênios a realizar	15	496.103	1.870.046
NÃO CIRCULANTE		7.880.219	6.246.445
Parcelamentos a pagar	13	6.298.648	3.440.771
Outras contas a pagar	14	818.527	-
Provisão para contingências	17	77.118	1.977.212
Receitas diferidas	16	685.926	828.462
PASSIVO A DESCOBERTO		(7.365.226)	(5.991.544)
Patrimônio social		(7.957.657)	(7.092.871)
Ajuste de avaliação patrimonial	18	1.985.049	1.985.049
Déficit do exercício	19	(1.392.619)	(883.722)
TOTAL DO PASSIVO E DO PASSIVO A DESCOBERTO		7.333.673	8.904.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIAÍ
43.723.907/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

	Notas explicativas	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS		22.289.934	21.259.921
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO		10.148.448	8.736.118
Receitas de atendimentos ao SUS		3.416.546	2.566.546
Receita complementar - SUS Paulista		3.488.587	3.403.676
Receitas com convênios e particulares		1.054.404	883.361
Isenções previdenciárias usufruídas	26	1.949.138	1.792.467
Doações		156.954	57.413
Outras receitas operacionais		22.671	29.882
Receita com trabalho voluntário	23	60.149	2.773
RECEITAS COM RESTRIÇÃO		12.141.486	12.523.803
Repasse de convênios estaduais		6.016.167	6.451.898
Repasse de convênios municipais		4.315.964	3.524.493
Receitas com subvenções federais		1.809.356	2.547.412
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(23.682.553)	(22.143.643)
Custos com serviços de terceiros	21	(8.962.097)	(8.842.469)
Custos com pessoal	21	(10.114.544)	(9.140.731)
Custos com materiais e medicamentos	21	(1.914.882)	(2.002.662)
Despesas gerais e administrativas	21	(1.529.228)	(1.472.238)
Custo do trabalho voluntário	23	(60.149)	-
Outras despesas não operacionais		(80.789)	(72.376)
Resultado financeiro	22	(1.020.864)	(613.167)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.392.619)	(883.722)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIÁ
43.723.907/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	(4.716.896)	2.150.470	(2.974.359)	(5.540.785)
Transferência para o patrimônio social	(2.974.359)	-	2.974.359	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	165.421	(165.421)	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	432.963	-	-	432.963
Déficit do exercício	-	-	(883.722)	(883.722)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	(7.092.871)	1.985.049	(883.722)	(5.991.544)
Ajustes de exercícios anteriores	18.936	-	-	18.936
Transferência para o patrimônio social	(883.722)	-	883.722	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	142.421	(142.421)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(1.392.619)	(1.392.619)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	(7.815.236)	1.842.628	(1.392.619)	(7.365.226)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIAÍ
43.723.907/0001-91
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)

Método Indireto	2025	2024
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do exercício	(1.392.619)	(883.722)
Depreciação	349.559	350.784
Contingências	-	(359.880)
Receitas diferidas	(142.537)	(142.537)
Ajustes de exercícios anteriores	-	432.963
(=) Resultado ajustado	(1.185.596)	(602.392)
(B) (Aumento) / Redução dos ativos operacionais		
Convênio estadual a receber	-	1.464.080
Convênios municipais a receber	647.748	1.159.522
Contrato de gestão a receber	-	-
Faturas a receber	(412.934)	(589.019)
Adiantamentos	(18.595)	3.065
Estoques	155	56.065
(=) Redução dos ativos operacionais	216.374	2.093.713
(C) Aumento / (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.262.744)	310.493
Honorários médicos a pagar	(93.261)	150.823
Obrigações trabalhistas	(395.138)	271.467
Obrigações tributárias e sociais	1.100.138	51.015
Parcelamentos a pagar	2.640.161	677.455
Outras contas a pagar	(666.625)	(153.199)
Convênio estadual a realizar	(689.487)	(1.064.996)
Convênios municipais a realizar	(710.158)	(1.112.112)
Contrato de gestão a realizar	25.701	173.646
(=) Redução dos passivos operacionais	(51.412)	(695.407)
Caixa (consumido) gerado nas atividades operacionais (A+B+C)	(1.020.635)	795.914
<u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Aquisição do Imobilizado	(108.211)	-
Caixa aplicado em atividades de investimento	(108.211)	-
<u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Redução de empréstimos	(3.617)	3.617
Caixa (consumido) gerado em atividades de financiamento	(3.617)	3.617
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	(1.132.464)	799.531
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	1.320.451	520.920
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	187.987	1.320.451
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.132.464)	799.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE APIAÍ
43.723.907/0001-91
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. Contexto Operacional

A Associação Beneficente de Apiaí, uma sociedade civil, beneficente, de fins não lucrativos, constituída e em funcionamento ininterrupto desde a sua fundação em 01 de setembro de 1938, tendo como sede, domicílio legal e foro a cidade de Apiaí, Estado de São Paulo, reconhecida da como de utilidade pública e entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 2017, alterou seu Estatuto Social, transformando-se em uma Organização Social de Saúde.

2. Área de Atuação e Objeto Social

A Associação Beneficente de Apiaí tem como objetivo básico, sem visar lucro, a manutenção de leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, credo, sexo e religião, dentro das proporções estabelecidas pela legislação e regulamentos que regem suas atividades.

3. Manutenção Financeira da Entidade

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios Públicos e Privados e Pacientes Particulares;
- Contratos de prestação de serviços com empresas;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- Eventos beneficentes.

4. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei nº 6.404/76 e suas alterações, assim como a ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Fins Lucrativos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais disposições complementares que contemplam as Entidades sem Fins Lucrativos. Estão sendo divulgadas de forma comparativa aos exercícios de 2025 e 2024 e apresentadas em moeda Real.

A emissão e publicação das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2026.



5. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas no item 4 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. As receitas são apropriadas pelo regime de competência.

b) Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.

c) Ativo Circulante

O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custos deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os valores de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e aplicações financeiras junto a Instituições Financeiras.

e) Faturas a Receber

Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços aos convênios, particulares e ao SUS.

f) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede o valor de mercado.

g) Imobilizado e Depreciação Acumulada

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição, construção ou formação e acrescido de ajuste de avaliação patrimonial que em 2016 foram realizados no grupo Edificações, baseadas em laudos de empresa especializada, conforme dispõe o NBTG - 27 e ITG -10. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada.



h) Passivo Circulante

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

i) Receitas e Despesas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao Regime de competência, e são provenientes de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio. As despesas estão apropriadas obedecendo ao Regime da Competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

São registrados os valores mantidos em caixa na Entidade e instituições financeiras, em contas movimento ou aplicações financeiras. Os valores são segregados em contas distintas para recursos próprios – sem restrição e recursos públicos – com restrição.

<u>Descrição</u>	2025	2024
Caixa	6.962	25.254
Bancos - contas movimento - sem restrição	24.141	318.398
Recursos sem restrição	31.103	343.652
Bancos - contas movimento - com restrição	156.858	914.066
Bancos - aplicações financeiras - com restrição	26	62.733
Recursos com restrição	156.884	976.799
Total	187.987	1.320.451

7. Convênios a Receber

São registrados os valores provisionados a receber de contratos mantidos com entes públicos, Estado e Municípios. Os valores são contabilizados em conformidade com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental.

<u>Descrição</u>	2025	2024
Prefeitura de Apiaí	157.500	630.000
Prefeitura de Barra do Chapéu	84.600	84.600
Prefeitura de Itaoca	3.400	40.800
Prefeitura de Ribeira	-	137.848
Total	245.500	893.248

8. Faturas a Receber

<u>Descrição</u>	2025	2024
Atendimento SUS	1.156.509	749.780
Particulares	41.918	59.464
Convênios	46.206	24.232
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.681)	(10.457)
Total	1.235.952	823.019



9. Estoques

Descrição	2025	2024
Materiais e Medicamentos	445.753	469.833
Almoxarifado	70.266	54.743
Cozinha	14.168	5.765
Total	530.186	530.341

10. Imobilizado e Depreciação Acumulada

IMOBILIZADO	2024	AQUISIÇÕES	BAIXA	2025
Terrenos	1.208.968	-	-	1.208.968
Edificações	1.003.479	-	-	1.003.479
Instalações	164.848	-	-	164.848
Aparelhos de Medicina e Cirurgia	372.122	7.999	-	380.121
Instrumentos de Med. e Cirúrgica	33.281	-	-	33.281
Equipamentos de Proc. de Dados	33.817	2.130	-	35.947
Móveis Máquinas e Utensílios	744.363	4.213	-	748.576
Veículos	30.500	93.870	-	124.370
Lavanderia	9.139	-	-	9.139
Utensílios Diversos	11.696	-	-	11.696
Edificações - Avaliação a Valor Justo	3.308.416	-	-	3.308.416
Máquinas e Equipamentos Hospitalares –(c/ Restrição)	1.425.368	-	-	1.425.368
Total	8.345.998	108.211	-	8.454.208

DEPRECIACÃO ACUMULADA	2024	DEPRECIACÃO	BAIXA	2025
(-) Edificações	(1.648.941)	172.476	-	(1.821.417)
(-) Instalações	(183.784)	-	18.936 (a)	(164.848)
(-) Aparelhos de Medicina e Cirurgia	(272.234)	8.917	-	(281.151)
(-) Equipamentos de Proc. de Dados	(33.817)	107	-	(33.924)
(-) Móveis Máquinas e Utensílios	(277.235)	8.313	-	(285.548)
(-) Veículos	(30.500)	17.210	-	(47.710)
(-) Lavanderia	(9.139)	-	-	(9.139)
(-) Utensílios Diversos	(11.696)	-	-	(11.696)
(-) Máquinas e Equipamentos Hospitalares (Restrição)	(596.906)	142.537	-	(739.443)
Total	(3.064.251)	349.559	18.936	(3.394.875)

IMOBILIZADO LÍQUIDO	5.281.747	5.059.334
----------------------------	------------------	------------------

(a) Lançado em contrapartida a ajuste de exercícios anteriores.



11. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2025	2024
Ordenados	399.724	340.988
Férias a Pagar	589.852	495.996
Cestas básicas a pagar (a)	391.200	922.290
Demais Obrigações	40.165	1.226
13º Salário a Pagar	-	55.577
Total	1.420.940	1.816.078

12. Obrigações Tributárias e Sociais

	2025	2024
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	86.667	14.372
IRF retidos a recolher	50.653	13.345
ISS a recolher	29.985	29.579
IRRF s/ folha a recolher	167.293	69.672
Total obrigações tributárias	334.598	126.969
FGTS a recolher	730.520	192.220
INSS a recolher	505.349	196.836
Contribuição sindical a recolher	1.661	1.306
Provisão para encargos sobre férias	85.808	40.468
Total Obrigações sociais	1.323.339	430.830
Total	1.657.937	557.799

13. Parcelamentos a Pagar

A Entidade aderiu ao parcelamento simplificado de tributos junto à Receita Federal e Previdência Social para quitar débitos em aberto. Também foram negociadas dívidas com serviços de água e esgoto e energia, conforme apresentado:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total 2025	Total 2024
Parcelamentos tributários	264.884	2.223.755	2.488.639	2.572.334
Parcelamentos previdenciários	30.862	897.596	928.458	876.210
Dívida com fornecedores parceladas	523.598	3.177.298	3.700.896	1.029.288
Total	819.345	6.298.648	7.117.993	4.477.832



14. Outras Contas a Pagar

<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total 2025</u>	<u>Total 2024</u>
Indenizações e acordos a pagar	430.550	174.238	604.788	14.144
Outras contas a pagar	13.139	-	13.139	14.603
Provisão para cestas básicas a pagar	-	644.289	644.289	-
Total	443.689	818.527	1.262.216	28.747

15. Convênios a Realizar

A Entidade mantém recursos oriundos de convênios e subvenções destinados ao custeio de suas atividades, os quais, enquanto não aplicados nas finalidades previstas nos respectivos planos de trabalho, permanecem registrados no passivo, em conformidade com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Esses valores serão apropriados ao resultado como receita ao longo da execução dos respectivos convênios, em base sistemática e em conformidade com o reconhecimento dos custos e despesas correlatos incorridos no cumprimento das obrigações estabelecidas nos planos de trabalho.

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Convênios municipais a realizar	245.500	955.658
Convênios estaduais a realizar	51.255	740.742
Convênios federais a realizar	199.347	173.646
Total convênios - custeio	496.103	1.870.46

16. Receitas Diferidas

No caso específico dos convênios destinados à aquisição de ativos imobilizados, a receita é reconhecida ao resultado ao longo da vida útil dos bens, em base sistemática, em consonância com o reconhecimento da despesa de depreciação dos respectivos ativos.

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imobilizado com restrição	1.425.368	1.425.368
Depreciação acumulada - com restrição	(739.442)	(596.906)
Imobilizado líquido com restrição	685.926	828.462
Total convênios a realizar - investimento	685.926	828.462

17. Provisões para Contingências

Existem ações judiciais em curso contra a Entidade que envolvem responsabilidades contingentes. De acordo com o parecer da assessoria jurídica, as perdas prováveis somam a R\$ 77.118 e encontram-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis.

Ademais, os processos cujo prognóstico de perdas é possível, e que requerem divulgação conforme estabelecido pela Resolução NBCTG25(R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, perfazem um total de R\$ 1.524.570.



18. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como Ajuste de Avaliação Patrimonial e ajustes de exercícios anteriores. No exercício de 2025 a Entidade apresentou um Patrimônio Líquido negativo no montante consolidado de R\$ (7.365.226), já considerando o Déficit apurado no exercício.

19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2016 o grupo do imobilizado “Edificações” foi avaliado pelo valor justo e ficou demonstrado pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do ajuste de avaliação patrimonial com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes. O valor estimado de ajuste pela avaliação do grupo do Imobilizado “Edificações” foi de R\$ 3.308.416.

Anualmente é realizado em contrapartida com o Patrimônio Social o valor da “mais valia” dos bens avaliados, o valor realizado no exercício de 2025 foi de R\$ 142.421.

20. Contas de Resultado

As receitas são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência do exercício e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com Convênios Estaduais e o SUS.

As despesas estão sendo apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

21. Custos dos Serviços Prestados

Descrição	2025	2024
Custo de Serviços de Terceiros	(8.962.097)	(8.842.469)
Serviços Médicos Pessoa Jurídica	(7.392.799)	(7.147.411)
Serviços Médicos Pessoa Física	(186.854)	(154.218)
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	(1.363.152)	(1.496.668)
Serviços Diversos Pessoa Física	(19.293)	(44.172)
Custo de Pessoal	(10.114.544)	(9.140.731)
Salários e Férias	(7.548.477)	(6.831.137)
INSS Patronal (Isenção usufruída)	(1.949.138)	(1.792.467)
Encargos	(616.929)	(517.127)
Custo de Materiais e Medicamentos	(1.914.882)	(2.002.661)
Medicamentos e Materiais	(1.015.992)	(1.093.004)
Alimentos	(294.092)	(235.473)
Gases Medicinais	(211.974)	(254.698)
Manutenção	(166.594)	(189.782)
Material de Uso e Consumo	(126.230)	(137.807)
Materiais Escritório	(51.414)	(43.401)
Limpeza	(46.267)	(7.644)
Rouparia	(2.321)	(40.852)



Gerais e administrativas	(1.529.228)	(1.472.238)
Depreciação	(349.559)	(350.784)
Água	(247.033)	(315.666)
Tributárias	(202.597)	(41.919)
Energia elétrica	(188.130)	(212.568)
Indenizações e acordos	(132.962)	(69.032)
Manutenção	(132.186)	(141.843)
Locação de software	(124.483)	(123.958)
Telefone	(47.037)	(20.732)
Locação de equipamentos	(39.892)	(37.386)
Outras despesas gerais e administrativas	(65.349)	(158.350)
Total	(22.520.751)	(21.458.099)

22. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras	14.655	62.022
Despesas financeiras	(1.035.519)	(675.189)
Juros s/ parcelamentos	(234.268)	(628.619)
Juros e correções monetárias	(741.288)	(28.298)
Outras despesas financeiras	(59.963)	(18.271)
Resultado financeiro	(1.020.864)	(613.167)

23. Trabalho Voluntário

Atendendo a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O valor apurado em 2025 foi de R\$ 60.149.

24. CEBAS – Certificado Beneficente de Assistência Social

A Portaria SAES/MS Nº 1.714, DE 17 DE MAIO DE 2024 deferiu, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Apiaí, CNPJ nº 43.723.907/0001-91, com sede no Apiaí (SP).

A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

25. Atendimentos ao SUS

A Entidade em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2025 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:



Competência			Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
Mês / Ano			SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
			Qtde	Paciente-Dia	Qtde	Paciente-Dia		Qtde	Qtde	Ambulatório	
Janeiro	-	2025	239	584	8	31	94,96%	9.902	725	93,18%	94,96%
Fevereiro	-	2025	226	639	3	8	98,76%	10.006	550	94,79%	98,76%
Março	-	2025	240	642	4	11	98,32%	10.557	582	94,78%	98,32%
Abril	-	2025	246	655	11	26	96,18%	10.627	585	94,78%	96,18%
Maio	-	2025	362	1.011	10	25	97,59%	13.460	707	95,01%	97,59%
Junho	-	2025	288	842	16	34	96,12%	7.286	447	94,22%	96,12%
Julho	-	2025	298	812	7	21	97,48%	8.695	449	95,09%	97,48%
Agosto	-	2025	267	737	7	23	96,97%	9.581	680	93,37%	96,97%
Setembro	-	2025	282	758	3	65	92,10%	8.053	699	92,01%	92,10%
Outubro	-	2025	292	801	5	10	98,77%	4.999	724	87,35%	98,77%
Novembro	-	2025	299	851	9	45	94,98%	22.708	747	96,82%	94,98%
Dezembro	-	2025	325	784	6	30	96,31%	11.522	761	93,80%	96,31%
Total (SEM INCENTIVO)			3.364	9.116	89	329	96,52%	127.396	7.656	94,33%	96,52%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

I - Atenção obstétrica e neonatal;

II - Atenção oncológica;

III - Atenção às urgências e emergências;

IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e

V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano

2025 foi de:

96,52%

26. Isenções Previdenciárias Usufruídas

Por ser portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, em vista de atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual igual ou superior a 60% a Fundação usufruiu das seguintes isenções no exercício de 2025.

	2025	2024
Isenção INSS - Cota Patronal	1.949.138	1.792.467
Total	1.949.138	1.792.467

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e Lei Complementar 187/2021, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2025, como se devido fosse.

27. Eventos Subsequente

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, a Administração não tem conhecimento de eventos subsequentes relevantes ocorridos entre a data-base de 31 de dezembro de 2025 e a referida data que possam requerer ajustes ou divulgação adicional, nos termos das normas contábeis aplicáveis.

Adicionalmente, não foram identificados eventos ou condições supervenientes que agravem, de forma relevante, a situação patrimonial da Entidade, caracterizada por passivo a descoberto, nem que impactem sua capacidade de continuidade operacional, a qual permanece suportada pelas premissas adotadas pela Administração.

Apiaí – SP, 27 de março de 2026.

Ananias Gonçalves Pereira
Presidente
CPF: 113.203.048-00

Edmilson Sarti Guimarães
Contador
CRC 1 SP 264020/O-2